



Na segunda-feira

**R\$ 5,247**  
(+0,12%)

**Dólar**

	Últimos
24/março	5,255
25/março	5,220
26/março	5,256
27/março	5,241

**Salário mínimo**

**R\$ 1.621**

**Euro**  
Comercial, venda na segunda-feira

**R\$ 6,014**

**CDI**  
Ao ano

**14,65%**

**CDB**  
Prefixado 30 dias (ao ano)

**14,65%**

**Inflação**  
IPCA do IBGE (em %)

Outubro/2025	0,09
Novembro/2025	0,16
Dezembro/2025	0,33
Janeiro/2026	0,33
Fevereiro/2026	0,70

## INFRAESTRUTURA

# MP que barra alta do diesel deve sair hoje

Proposta para conter os efeitos da guerra no Irã nos preços, a medida prevê um repasse a importadores no valor de R\$ 1,20 por litro

» RAPHAEL PATI

Diogo Zacarias/MF



O ministro da Fazenda, Dario Durigan, aguarda para hoje a resposta dos secretários estaduais de Fazenda à proposta de subvenção

O governo federal deve publicar hoje a medida provisória que estabelece uma nova subvenção aos importadores de diesel para conter a alta no preço do combustível, que já acumula valorização de 24,3% na média nacional, desde o fechamento do Estreito de Ormuz, no Oriente Médio, em 28 de fevereiro, de acordo com dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). A medida estabelece um repasse adicional aos agentes no valor de R\$ 1,20 por litro. Esse subsídio seria dividido igualmente entre as unidades da Federação (R\$ 0,60/litro) e a União (R\$ 0,60/litro).

A proposta feita pelo governo aos estados havia sido anunciada pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, no último dia 24 de março, após a equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva desistir de tentar reduzir o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) — o que foi rejeitado pelos secretários de Fazenda estaduais menos de 24 horas depois de anunciada.

A sugestão anterior previa uma redução do ICMS até o final de abril, que poderia ter um custo de R\$ 3 bilhões aos cofres das unidades federativas. A ideia era que a União arcasse com R\$ 1,5 bilhão e os estados pagassem os outros R\$ 1,5 bilhão. Na nova medida que deve ser oficializada hoje, o impacto fiscal permanece o mesmo, tanto para os estados quanto para a União, de acordo com a equipe econômica. A ideia da subvenção, no entanto, é uma estratégia do governo para retirar a obrigatoriedade das UFs de aceitarem a medida.

Representantes das secretarias de Fazenda dos 26 estados e do Distrito Federal se reuniram no

último dia 27 na sede do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), em São Paulo, para discutir a nova medida. Também participaram do encontro representantes do Ministério da Fazenda, como o secretário-executivo, Rogério Ceron, e o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas.

### Divisão

A proposta anunciada pelo governo, no entanto, provocou

divisões entre estados na reunião, que terão liberdade para aderir, ou não, à subvenção para os importadores. A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC-DF) informou ao **Correio** que não irá aderir à MP. De acordo com fontes ligadas ao GDF, a recusa à medida foi decidida pelo fato de ela não subsidiar 100% dos combustíveis importados pelo ente — e, sim, apenas os importados. Por conta disso, ainda permanece o receio em torno da proposta, que, no entendimento de parte dos

estados, pode prejudicar significativamente a receita e a questão fiscal desses entes.

“Alguns estados tiveram necessidade de melhor esclarecimento de alguns pontos, que foram todos eles dirimidos. Agora, com muito mais clareza, eu tenho certeza que vai ajudar muito aos estados que ainda não tomaram a decisão, para que os secretários de fazenda sentem à mesa com seus governadores e possa, definitivamente, aí, ser tomada uma decisão”, destacou na reunião o presidente do

Comsefaz, Flávio César de Oliveira, que é secretário de Fazenda de Mato Grosso do Sul.

O secretário do Tesouro Nacional, Daniel Cardoso Leal, defendeu, ontem, as medidas do governo para frear o preço dos combustíveis. O sucessor de Rogério Ceron na secretaria acredita que elas têm sido “bastante equilibradas” do ponto de vista fiscal. “Foi levada uma proposta para os estados, se ela não for aceita, com certeza vai haver discussões sobre quais seriam as soluções, tendo sempre



**Foi levada uma proposta para os estados, se ela não for aceita com certeza vai haver discussões sobre quais seriam as soluções, tendo sempre como pressuposto o equilíbrio e a sustentabilidade fiscal”**

**Daniel Cardoso Leal,**  
secretário do Tesouro Nacional

como pressuposto o equilíbrio e a sustentabilidade fiscal. Então, eu não acredito que o governo federal vai estar disposto a pagar todo o ICMS, mas com certeza vai ter um equilíbrio, caso isso não aconteça, vai ter um equilíbrio por uma outra fonte”, destacou Leal, durante a coletiva de apresentação dos resultados do Tesouro Nacional.

Além da subvenção, a equipe econômica quer viabilizar, como contrapartida, a implementação de medidas para reforçar o combate aos chamados “devedores contumazes” no setor de combustíveis dos estados. Na reunião do Confaz da última semana, o governo afirmou que vai regular uma legislação para permitir aos estados encaminharem à Receita Federal a lista de contribuintes reincidentes em inadimplência tributária, com o objetivo de adotar medidas mais rigorosas de fiscalização.

## Preço médio chega a R\$ 7,45 por litro

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) publicou, ontem, uma resolução que define a fórmula de cálculo do preço de referência para o diesel na concessão da subvenção anunciada pelo governo federal. De acordo com a resolução da agência, o Ministério de Minas e Energia (MME) será responsável por definir um valor inicial como preço de referência, a ser ajustado ao longo do tempo pela variação internacional.

Os dados utilizados para definir o preço final terão como referência as cotações da S&P Global Platts e a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (BC). A nova regra ainda prevê que, para importadores e refinadores que utilizam petróleo adquirido de terceiros, o preço segue diretamente o resultado da fórmula.

Já para os produtores que refinam petróleo próprio, haverá um teto a ser seguido. Caso o valor calculado supere o limite estabelecido pelo governo, o preço de referência é travado. O valor também incorpora médias ponderadas por região, considerando polos logísticos e de distribuição, e utiliza dados defasados em dois dias, como forma de “garantir maior estabilidade nas referências.”

De acordo com o levantamento

mais recente da ANP, que considera dados referentes à semana do dia 22 a 28 de março, o valor médio do diesel comum chegou a R\$ 7,45 em mais de 3 mil postos analisados pelo país. Já o diesel S-10 chegou a R\$ 7,57 na cotação média. No Distrito Federal, foram analisados 18 pontos de revenda, onde o preço máximo chegou a R\$ 7,87, no caso do diesel comum, e a R\$ 8,73, em relação ao tipo S-10.

Em um posto localizado na cidade de Ourinhos, no interior de São Paulo, o combustível chegou a ser vendido a R\$ 9,99. Em relação à gasolina comum, o maior preço também foi registrado em São Paulo, no município de Guarujá, comercializado a R\$ 9,39 em um dos postos.

Em um mês de conflito no Irã, o preço do diesel S-10 já acumula valorização de 24,3%, ao mesmo tempo em que o valor médio da gasolina comum subiu 7,9%. Nas últimas semanas, a ANP e o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) intensificaram a fiscalização nos postos de abastecimento em todo o país, para identificar preços abusivos, adulteração de combustível, entre outras práticas ilegais.

Minervino Júnior/CB



A resolução da ANP prevê reajuste pela variação internacional do preço

### Petróleo a US\$ 112

Após completar um mês desde o início dos conflitos no Oriente Médio e do fechamento de Ormuz, os preços do petróleo registraram intensa valorização no primeiro dia da semana. O barril do tipo Brent caminha para registrar uma marca que pode se confirmar hoje: o maior aumento mensal da história. A valorização do produto já ultrapassa os 50% no mês de março. Ontem, a

cotação dos futuros do Brent registrou alta de 0,2%, a US\$ 112,78 o barril, após chegar a US\$ 116 ainda pela manhã.

Além disso, o West Texas Intermediate (WTI), utilizado como referência pelos Estados Unidos, também alcançou uma marca histórica no pregão de ontem. Pela primeira vez desde julho de 2022, os futuros desse índice ultrapassaram o patamar de US\$ 100 o barril. Na sessão, a valorização do WTI foi de 3,3%, a US\$ 102,88. (RP)

## Aena fica com o Galeão por R\$ 2,9 bi

» ROSANA HESSEL

Após 26 lances, a espanhola Aena, por meio da subsidiária Aena Desarrollo Internacional, venceu a suíça Zurich Airport, no novo leilão de concessão do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro — Galeão. A venda do principal aeroporto do Rio de Janeiro, ocorreu ontem, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3).

A Aena apresentou a melhor proposta no processo de venda assistida de 100% da concessionária do aeroporto, com um lance de R\$ 2,9 bilhões, e ágio de 211,1% sobre o valor mínimo estipulado pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), de R\$ 932 milhões. A quantidade deverá ser paga à vista.

Esse valor arrematado pelo aeroporto fluminense, contudo, é 15,2% do valor do leilão anterior, quando o Galeão foi vendido por R\$ 19 bilhões. Em valores atualizados, o negócio de hoje equivale a 7,6% daquele montante — que seria de R\$ 37,8 bilhões, em valores corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O leilão ocorreu em duas etapas. Na primeira, a Zurich Airport e

a Aena fizeram a mesma proposta, de R\$ 1,5 bilhão. Já a atual controladora do aeroporto, a RIOgaleão, ofertou o valor mínimo previsto, de R\$ 932 milhões. Na segunda etapa, as duas classificadas fizeram 26 lances em viva-voz na B3. O ministro Silvano Costa, do MPor, participou do leilão e segurou o martelo na conclusão da disputa.

A Aena já administra o Aeroporto de Congonhas, segundo maior terminal do país, e, com isso, passa a ser a maior operadora, totalizando 18 terminais aeroportuários operados no país.

A expectativa é de que a companhia espanhola deverá assumir a operação do Galeão no segundo semestre de 2026. Como vencedora do leilão, a concessionária também deverá assumir o compromisso de pagar à União uma contribuição variável anual correspondente a 20% do faturamento bruto da concessão até maio de 2039.

Além disso, será a única controladora do terminal, já que o acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU) prevê o fim da participação acionária da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).